



Reforma trabalhista compromete saúde física e mental do trabalhador, alerta professora e pesquisadora Edvânia Lourenço



“A reforma trabalhista estabelece um quadro expresso em problemas sociais, de saúde e de segurança, resultante da injustiça, agora estabelecida como norma e da legalização da precarização das relações sociais de trabalho”. A afirmação é apresentada pela professora e pesquisadora nas áreas de trabalho, saúde do trabalhador e serviço social, Edvânia Lourenço, em entrevista à Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL.

Segundo Edvânia Lourenço, o processo de mudança é amplo, no geral, blinda os empresários contra qualquer cobrança e isso por si só já representa um forte impacto para a saúde dos trabalhadores, hoje, já tão fragilizada. A professora explica que as condições de trabalho continuam a promover níveis altos de acidentalidade entre os trabalhadores. Para ela, uma força de trabalho jovem e barata vem tendo a sua saúde sucumbida de forma bastante prematura.

A reforma trabalhista destrói as garantias que o antagonismo de classe buscou estabelecer com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a qual já sofreu inúmeras mudanças ao longo da história, explica Edvânia Lourenço. “O referencial de proteção ao trabalho está sendo destruído e o que está colocado no lugar é apenas a segurança jurídica das empresas e a insegurança do trabalhador”, afirma.

De acordo com a pesquisadora, não é que as pessoas não querem se adaptar ao mundo moderno ou aos novos desafios, é que conhecendo minimamente o quanto as ocupações, entre os mais diferentes setores da economia e do setor público, têm esgotado os trabalhadores, não se pode permitir a instituição de uma legislação abusiva que ameaça a integridade das pessoas pelo trabalho.

Edvânia Lourenço também cita o estudo sobre o desenvolvimento das práticas médicas, de autoria de Donnagelo e Pereira (1979). Os dados permitem compreender o aumento da expectativa de vida, associando o desenvolvido de serviços de saneamento básico, tratamento da água do esgoto, e da infraestrutura urbana, sobretudo, das legislações fabris desde a regulação da jornada de trabalho, o cuidado com máquinas, o direito a repouso e o sistema de previdência que garantiram maior expectativa de vida a classe trabalhadora e da sociedade em geral. Contribuiu também o maior bem-estar dos indivíduos e dos grupos sociais, o desenvolvimento da política social, sobretudo, de saúde, educação e assistência social dado à identidade dos índices de saúde, taxas de mortalidade e de expectativa de vida.

Além dos altos níveis de acidentalidade do trabalho, a pesquisadora esclarece que existe um sofrimento no trabalho difícil de mensurar porque se trata de problemas que afetam a esfera mental, tais como estresse, depressão, burnout, esgotamento e outros que expõem as pessoas ao sofrimento. Segundo ela, o que se apresenta como incapacitante para o trabalho, talvez não identificável imediatamente, mas que se manifestam na perda da perspectiva, na ameaça à alegria e satisfação humana e gera dificuldades em expressar emoções e sentimentos, como demonstrados em estudo recente (LOURENÇO, 2016). “O assédio moral no trabalho e o suicídio no trabalho são evidências brutais de violência no trabalho, além das doenças corpóreas e mentais”, completou.